

## ASSENTAMENTOS URBANOS E METROPOLIZAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DE BELÉM

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior*  
(Universidade Federal do Pará - Brasil)

O trabalho discute a urbanização na Amazônia brasileira destacando o processo de metropolização de Belém, no Estado do Pará. Considerando três formas de assentamentos residenciais populares - os assentamentos planejados, os assentamentos “espontâneos” e os assentamentos dirigidos -, a pesquisa realizada buscou compreender como esses assentamentos redefinem a forma metropolitana e seu conteúdo e, também, como essa forma e esse conteúdo, vistos numa unidade dialética, se colocam como meio e condição para a definição da correlação de forças que se estabelece entre os agentes.

Tendo em vista essa preocupação, foram estabelecidos os seguintes objetivos para a análise: a) identificar os principais agentes e sua respectiva importância enquanto elementos redefinidores da atual forma de organização do espaço metropolitano belenense; b) analisar a trama e a correlação de forças estabelecidas entre os agentes e a sua repercussão a nível da espacialidade urbana; c) analisar o sentido da redefinição dos espaços dos assentamentos em Belém e as atuais tendências de expansão urbana no contexto metropolitano; d) analisar as alterações no que diz respeito às territorialidades formalmente estabelecidas ou não e seus respectivos significados políticos face ao processo de apropriação do espaço e de reestruturação urbana.

A discussão situa a análise na perspectiva teórico-metodológica da produção social do espaço, arrolando categorias, noções e conceitos considerados importantes para a compreensão da problemática. Enfatiza-se a forma urbana como um ponto de partida para a discussão da reestruturação metropolitana de Belém no contexto amazônico e a dialética da relação *estrutura e ação* como um dos caminhos possíveis para a realização desse tipo de análise.

Ao final do estudo foi possível constatar que a forma compacta do espaço metropolitano de Belém vem sendo substituída por um padrão disperso de novos assentamentos urbanos que passam a ocorrer em dois vetores direcionais de expansão, induzidos principalmente pela proliferação de conjuntos habitacionais, condomínios residenciais populares e ocupações “espontâneas”. Nesse sentido, diferentemente de um primeiro momento do processo de metropolização, as áreas de baixadas, consideradas espaços de assentamentos da população de **2** baixo poder aquisitivo em Belém, perdem gradativamente essa condição e passam a vivenciar um intenso processo de valorização e de verticalização. Os espaços de assentamentos são direcionados, então, para dois vetores de expansão, caracterizando um segundo momento do processo de metropolização e a redefinição da forma metropolitana. O padrão disperso dos assentamentos, entretanto, não é um simples produto da trama que se estabelece entre os agentes produtores do urbano. Esse mesmo padrão contribui, como condição e meio, para a conformação da correlação de forças que se estabelece no plano metropolitano, revelando novas territorialidades, formalmente reconhecidas ou

não, e que explicam a dinâmica metropolitana face à produção do espaço urbano na Amazônia brasileira.

## **Assentamentos Urbanos e Metropolização na Amazônia Brasileira: o caso de Belém.**

**Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior**  
**Departamento de Geografia – UFPa - BRASIL**

### **1. Introdução**

Um primeiro contato com a paisagem metropolitana de Belém já denuncia a existência de um outro tempo e de um outro espaço que contrasta com o ritmo da natureza amazônica e com o modo de vida dos povos que habitam a floresta.

A cidade parece olhar para a modernidade, deixando para trás um ritmo, um tempo, que mesmo próximo, lhe parece remoto. Instalam-se ritmos, tempos, relações, movimentos, símbolos, representações, enfim, uma nova dinâmica que altera não só uma estrutura espacial anterior, mas, e principalmente, uma forma de viver e de se relacionar, dos homens entre si e dos homens com a natureza, tornada residual.

Desde a sua fundação, a cidade de Belém voltou-se para as águas, como cidade primaz, dinamizada pelo capital comercial, comandando uma extensa rede urbana dendrítica<sup>1</sup> espreada ao longo dos rios que compõem a bacia fluvial. Estamos nos referindo aqui à rede urbana que se estruturou ao longo do vale do Amazonas e de seus afluentes, tomando a configuração de uma rede urbana simples, de caráter dendrítico, à maneira como a define Corrêa (1989a). Suas características principais são: a existência de uma cidade primaz, que concentra a **3** amazônica. Historicamente, portanto, a cidade sempre apresentou um vínculo muito próximo com o elemento hídrico, levando Moreira (1989) a denominar de “ribeirinha” sua primeira fase de crescimento, a exemplo de várias outras cidades amazônicas surgidas antes do período das rodovias.

Essa tendência inicial possibilitou mesmo uma organização espacial interna definida pelo papel econômico da cidade, tendo as vias flúvio-marítimas como principais meios de circulação até a abertura das rodovias na Amazônia, que modificou, sobremaneira, esse padrão de organização do espaço.

Evidentemente que não se trata de uma mera alteração nas formas de circulação no espaço regional. Quer-se indicar com isso um novo momento da dinâmica econômica regional, cujo marco são as vias rodoviárias, que passaram a redefinir não só o espaço regional como um todo, mas, e principalmente, os espaços urbanos da Amazônia. No caso de Belém, essa dinâmica marca também o seu processo de metropolização.

Em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, definindo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a

meados do século XIX); e a de continentalização (de meados do século XIX em diante)(Moreira, 1989, p. 52).

Acrescentaríamos a essa periodização de Moreira, uma outra fase, a de metropolização, que se inicia ainda na década de sessenta e que se consolida nas décadas seguintes e que pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada. Ela faz parte de um momento em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do Brasil - tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília - e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial.

Essa atual fase é marcada por ambigüidades. De um lado temos, mais do que nunca, a consolidação de um modo de vida extremamente moderno, sofisticado e artificializado. De outro, temos o crescimento do baixo terciário, o déficit habitacional, a favelização acentuada, a insuficiência dos serviços e equipamentos urbanos, etc.

É dessa cidade de contrastes que se quer falar. A forma aqui mencionada, é a forma espacial metropolitana, que se consolidou nas últimas décadas. E, à maior parte dos fluxos comerciais; excessivo número de pequenos centros urbanos indiferenciados entre si; ausência de centros intermediários intersticialmente localizados; drenagem de recursos que privilegia a cidade primaz.

4 maneira de Marx (1983), não é considerada a partir de sua pretensa autonomia, desvinculada de seu conteúdo, senão como uma manifestação fenomênica deste último, com o qual apresenta-se dialeticamente articulada. Ela pressupõe a existência de outras formas 2, que lhe integram e que estão estreitamente relacionadas à natureza da urbanização brasileira, mas que resguardam suas devidas particularidades.

É importante assinalar, entretanto, que o processo que conforma a metrópole não é linear. Ele é marcado por rupturas, (des)continuidades, (re)construções e (re)estruturações. Nesse sentido, a atual forma urbana belenense, produto do processo de metropolização, mostra-se prenhe de dinamismo, posto que acompanha o movimento histórico de seu conteúdo, que lhe dá vida e sentido e, por isso, está sujeita a um marcante processo de reestruturação.

Assim, ao analisarmos o processo de metropolização de Belém, tomando como ponto de partida a sua forma espacial - a metrópole -, podemos definir pelos menos dois momentos distintos que marcam sua conformação: um relacionado à forma metropolitana compacta ou confinada e, o outro, dizendo respeito à forma metropolitana dispersa ou desconcentrada.

## **2. A produção do urbano em Belém e a forma metropolitana na Amazônia brasileira**

A configuração da forma metropolitana em uma cidade amazônica como Belém, representa não só a gradativa alteração de uma outra forma espacial urbana - a da cidade ribeirinha - há muito relacionada às formas naturais dominantes, a exemplo da grandiosidade das vias fluviais, como também significa a

concomitante desestruturação de relações, de modos de vida, de hábitos e de valores, enfim, de conteúdos sociais marcados por temporalidades específicas.

2 Podemos dizer que existem diversas formas espaciais urbanas, como a metrópole, os tecnopólos, as *company towns* (cidades das empresas) e as vilas e povoados; estas últimas bastante comuns no processo de urbanização amazônica.

São elas constituídas por outras formas espaciais de que são exemplos os prédios de apartamentos, os conjuntos residenciais, as unidades industriais, as favelas, os distritos industriais, os centros administrativos, os centros empresariais e os condomínios exclusivos. As formas espaciais correspondem, assim, a um objeto ou a um arranjo ordenado de objetos num determinado território, conforme nos mostra Santos (1985 e 1988)

5 Mas como compreender esse processo à luz de uma interpretação da realidade que nos permita pensar a metrópole em sua dinâmica interna e em suas relações, sendo, concomitantemente, espaço relativo e relacional no sentido conceitual que Harvey (1982) atribuiu a esses termos<sup>3</sup>.

No caso específico de Belém, a forma compacta do espaço metropolitano vem sendo substituída por uma forma dispersa de novos assentamentos urbanos<sup>4</sup>, indicando um processo de reestruturação espacial. Em consequência, as baixadas<sup>5</sup>, diferentemente do que ocorreu num primeiro momento do processo de metropolização, perdem a condição de espaços de assentamentos da população de baixo poder aquisitivo e sofrem um intenso processo de valorização do solo, que, muitas vezes, se reflete na verticalidade do ambiente construído. Nesse sentido, a verticalização constitui-se outro elemento da metropolização, marcado por uma complexidade de relações, signos e representações, sendo apenas uma face desse processo que configura a forma metropolitana.

De fato, a outra face da metropolização de Belém, que é o crescimento horizontal, pressupõe o processo de verticalização e tem uma direção bem 3 O conceito de espaço relacional e relativo, nos termos colocados por Harvey (1982), pressupõe a compreensão do espaço como elemento que contém e está contido num conjunto de relações e que só pode ser entendido a partir da relação que estabelece com os demais espaços. São noções que se contrapõem àquela de espaço absoluto, que prioriza a geometria espacial.

4 Práticas regularizadas, ou não, do ponto de vista jurídico, explícita ou implicitamente orientadas, que viabilizam o acesso da população de baixa renda à terra urbana para fins residenciais. Incluem-se aqui as ocupações urbanas, freqüentemente chamadas de “invasões”, os conjuntos habitacionais produzidos sob iniciativa direta do Estado ou da iniciativa privada e os condomínios residenciais populares, de iniciativa de empresas imobiliárias. Muitos desses assentamentos incluem não só as classes populares no sentido estrito do termo, como também frações da classe média empobrecida, que são obrigadas a morar em habitações de qualidade inferior e/ou em espaços de localização relativamente desfavorável. A expressão assentamentos busca mostrar que essas práticas mencionadas não se colocam de maneira espontânea, mas induzidas pela lógica capitalista que preside a localização das classes sociais e de suas frações no espaço metropolitano.

5 Essa denominação decorre das condições topográficas originais de certas frações da área urbana de Belém, correspondentes ao nível da planície de inundação, constantemente alagadas ou sujeitas a inundações durante determinadas épocas do ano e que chegavam a compor cerca de 40% do sítio urbano original, correspondente hoje à área mais adensada do espaço urbano (Trindade Jr., 1997). Um atributo desses espaços é que eles passaram a desfrutar, no contexto metropolitano, de uma localização privilegiada, relativamente próxima ao núcleo central da metrópole.

6 definida, oposta ao caminho das águas: os eixos das rodovias, consolidados a partir da década de sessenta.

Dessa época para cá foram, aproximadamente, um milhão de pessoas que passaram a incrementar a dinâmica do espaço urbano de Belém. Num primeiro momento do processo de metropolização, grande parte desse contingente se concentrou nas áreas centrais da metrópole, em espaços sem infra-estrutura e de péssima qualidade ambiental, as chamadas áreas de baixadas. Mais recentemente, esse segmento da população urbana passou a ocupar efetivamente a periferia distante, anexando de maneira definitiva à malha urbana espaços de outros municípios até então considerados rurais. Em contraponto, as áreas centrais definem uma outra paisagem, que, nos termos colocados por Souza (1994), acaba por ser uma identidade expressiva do processo de metropolização: a paisagem dos arranha-céus, simbolicamente, uma barreira física e social no conjunto do espaço urbano de Belém.

Das baixadas, centralmente localizadas, os espaços de assentamentos de baixa renda passam, então, a ser direcionados para novos vetores de expansão, caracterizando um segundo momento do processo de metropolização, que, por sua vez, redesenha a forma espacial metropolitana belenense.

Os novos espaços de assentamentos urbanos em Belém, configurados principalmente a partir de meados da década de oitenta, passam a estar situados, em sua maioria, nos eixos da Rodovia BR-316 (que liga Belém aos Municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides, também integrantes da Atual Região Metropolitana)<sup>6</sup> e da Rodovia Augusto Montenegro (que liga Belém a Icoaraci e a Outeiro, distritos administrativos integrantes do Município de Belém). Mais que uma simples expressão espacial do processo de metropolização, esse fenômeno de dispersão reflete também articulações e contradições estabelecidas no plano local, ainda que delineadas por determinações de ordem estrutural que presidem o processo de urbanização brasileiro. Há uma dialética da relação *estrutura* (determinações gerais) e *ação* (atuação de coligações e redes diretamente relacionadas a agentes que estabelecem práticas em nível local), que não pode ser desconsiderada.

6 A Região Metropolitana de Belém (RMB) ou Grande Belém, segundo a Lei Complementar Federal no 14 de 08/07/73, que a instituiu, era constituída pelos Municípios de Belém e Ananindeua. Recentemente, através da Lei Complementar Estadual no 027 de 19/10/95, foram incluídos mais três Municípios, o de Benevides, o de Santa Bárbara (Município criado a partir do território de Benevides pela Lei no 5.693 de 13/12/91) e Marituba. Este último, inicialmente constituído de um núcleo urbano que integrava os Municípios de Ananindeua e

Benevides, em 1995, foi transformada em Município (Lei no 5.857 de 22/09/94), oficialmente constituído com a posse de seu primeiro Prefeito, em janeiro de 1997.

7 Nessa perspectiva, configuram-se estratégias diferenciadas de apropriação em relação à terra urbana e redes de articulação locais de agentes produtores do urbano que passam a revelar relações de poder mediadas pelo espaço, definido o que estamos chamando aqui de territorialidades urbanas.

No plano metropolitano, a reestruturação urbana é marcante. As áreas mais centrais, inclusive as baixadas, que já foram espaços de assentamentos para a população de baixa renda, são redefinidas em função dos interesses de agentes privados (empresas imobiliárias) que passam a produzir habitação para uma demanda solvável da população de Belém. Por outro lado, definem-se novos espaços de assentamentos, culminando com o processo de desconcentração<sup>7</sup>, responsável pela realocação no urbano das camadas sociais de baixa renda.

A análise aqui apresentada, entretanto, não se resume a simples demonstração dessa nova morfologia espacial. Sustentamos a idéia de que o padrão disperso dos assentamentos, existente atualmente, não só resulta da trama estabelecida entre os agentes produtores do urbano em Belém e das redes de articulações por eles configuradas, como também ratifica a correlação de forças que se estabelece entre os mesmos; correlação de forças esta que se expressa de diversas maneiras:

a) definição de novas escalas de atuação e de operação<sup>8</sup> do capital imobiliário e de suas frações;

b) configuração de novas unidades político-administrativas nos vetores recentes de expansão, a partir da emergência de movimentos políticos setorializados, a exemplo do que aconteceu com Marituba, que constitui hoje o mais novo Município da ARMB;

c) conflitos políticos e econômicos que giram em torno da apropriação da terra urbana nesses espaços;

d) enfraquecimento das ações políticas e/ou descenso de setores dos Movimentos Populares Urbanos (MPU's) face às estratégias político-espaciais do poder público local. O elemento explicativo fundamental face a essa questão diz respeito às implicações espaciais desse processo, ou seja, o redirecionamento dos 7 Estamos considerando como desconcentração o crescimento populacional e das atividades econômicas relativamente superior em áreas situadas fora dos tradicionais centros de concentração populacional. A população é tida aqui como ponto de partida para se entender esse processo, não se constituindo, entretanto, o único elemento definidor da desconcentração. 8 Como escala espacial de atuação estamos considerando as áreas onde se localizam as obras e estoques de terrenos das imobiliárias e, como escala espacial de operação, o número de construções simultâneas que uma empresa imobiliária é capaz de gerir (Almeida, 1982).

8 assentamentos urbanos no espaço metropolitano e o novo *design* espacial dele decorrente, como também sua importância, enquanto meio e condição, para a conformação das novas estratégias de apropriação diferenciada do espaço metropolitano pelos agentes urbanos com atuação local.

### 3. A metropolização de Belém face ao processo de urbanização da

#### Amazônia Brasileira

O processo de metropolização de Belém só pode ser compreendido a partir do entendimento da produção do espaço regional amazônico como fronteira econômica do capital no espaço brasileiro. O destaque e a importância do urbano para a estruturação do espaço regional nos leva a considerar, conforme faz Becker (1990), a existência de uma fronteira urbana como parte dessa dinâmica imposta à Amazônia nas últimas décadas.

Nesse contexto, particular importância assume a urbanização concentrada, definindo, igualmente, o processo de metropolização de Belém, na Amazônia Oriental. Ao contrário do que se poderia pensar *a priori*, a urbanização concentrada não perde importância no momento atual, face à expansão da fronteira econômica verificada no interior da região. Isto acontece a despeito do maior dinamismo, conferido por essa expansão a determinados espaços fora da órbita metropolitana, que foram estimulados a crescer econômica e demograficamente.

Destarte, o processo de desmetropolização - decorrente de menores taxas de crescimento dos centros metropolitanos em relação a outros núcleos urbanos da mesma região -, tão discutido atualmente para o espaço brasileiro, não se aplica para a região na qual se insere o espaço metropolitano de Belém. Trata-se muito mais de um desdobramento do processo de metropolização - marcado por (re)estruturações, rupturas, alterações -, e que não convive, pelo menos por enquanto, com aquele outro processo mencionado. Assim sendo, o espaço metropolitano de Belém desempenha papel que não deixa de ser importante para a atual dinâmica do espaço regional, ainda que esse papel tenha tudo a ver com o processo de empobrecimento e de expropriação da força de trabalho regional, culminando com aquilo que poderíamos chamar de uma verdadeira "metropolização da pobreza".

Essa economia política da urbanização (Santos, 1994) presente no espaço regional amazônico vai caracterizar, por conseguinte, a forma metropolitana belenense. Esta última se define pela existência ainda do primado metropolitano **9** no contexto regional e pela primazia do núcleo metropolitano, responsável por conformar a dispersão metropolitana. Na interpretação desse fenômeno, chamamos de desconcentração ao processo responsável pela conformação atual da metrópole, fruto de uma dinâmica que considera o espaço como uma força necessária a sua realização.

A desconcentração pode ser analisada, assim, sob dois ângulos. Um deles se coloca no plano regional. A dinâmica amazônica não prescinde da urbanização concentrada e do processo de metropolização. Isso pressupõe considerar, portanto, que o espaço metropolitano se desenvolve não só através de um mayor adensamento e verticalização, mas também se estendendo e se expandido, configurando, portanto, a forma dispersa. Aqui os limites administrativos tem pouco a ver com a dinâmica sócio-espacial verificada. Por outro lado, essa mesma dispersão é condição que ratifica a concentração populacional na região urbana de Belém. Nesse sentido, dispersão e concentração são pares dialéticos

dos processos sócio-espaciais que conformam a desconcentração metropolitana. Ademais, concentração não é necessariamente sinônimo de mancha urbana única, mas é também intensidade de fluxos entre espaços relativamente próximos. Tais atributos parecem expressar muito bem o papel do espaço metropolitano de Belém no contexto regional ainda como primado metropolitano. Entretanto, não é só no plano regional que se verificam os atributos da desconcentração. Um outro ângulo desse processo pode ser captado na estruturação intra-urbana ou na análise da economia política da cidade, nos termos colocados por Santos (1994b). Nesse caso, o primado metropolitano pressupõe igualmente a primazia das áreas centrais no processo de apropriação do espaço urbano. Para a concentração do capital, e nesse caso estamos falando principalmente do capital imobiliário, a existência da forma dispersa e da metrópole desconcentrada é uma condição e um meio necessário. Para esse tipo de capital, a produção de localizações diversificadas é um fator decisivo para a fixação dos preços e condições diferenciadas de comercialização da moradia. Por ser a construção habitacional uma produção de *bens imóveis*, a terra tem um papel particular no decorrer do processo, posto que a cada novo ciclo produtivo é necessário novo solo. A existência de demandas diferentes definidas, por um lado, pelas condições específicas de valorização dos capitais e, por outro, pela importância diferente da localização para cada um deles, proporciona uma tendência a se constituir uma hierarquia de mercados fundiários em função dos produtos finais e, em consequência, uma hierarquização do uso do solo urbano (Ribeiro, 1997, p.72-3). Esse processo é responsável pela reestruturação do espaço e por fazer deste uma força produtiva face às relações que dinamizam o urbano.

## 10

No caso belenense, a apropriação das áreas centrais no processo de produção de imóveis para a demanda solvável, pressupõe um “alisamento” ou “arrasamento” dos espaços da Área Central, inclusive das áreas de baixadas, conhecidas por serem espaços de reprodução de camadas de baixa renda. Pressupõe, também, a criação de uma fronteira urbano-imobiliária - de expansão do capital imobiliário - na chamada Área de Expansão, que tem possibilitado a dispersão metropolitana e o rearranjo interno do espaço, tendo em vista a apropriação diferenciada por agentes hierarquicamente diferentes. Neste plano, a dispersão e a concentração formam também um par dialético para a realização dos processos sócio-espaciais no âmbito metropolitano. Na busca dessa compreensão adentramos na discussão da dinâmica metropolitana belenense, tomando como ponto de partida sua forma espacial: a cidade dispersa.

### **4. A reestruturação metropolitana e a configuração de novas territorialidades**

O que parece estar no centro dessa questão - que é o processo de (re)estruturação da metrópole - é principalmente a questão da expropriação. (Re)estruturação significa estruturar de novo, levando-nos a considerar a instabilidade, as alterações, enfim, a dinâmica sócio-espacial. Essa dinâmica não deve ser vista sem contradições, sem tensões e descompassos, pois são estes elementos que imprimem o movimento em suas múltiplas temporalidades



(Lencioni, 1997).

É um processo, portanto, que sugere a compreensão da relação todo-parte como unidade dialética, que concebe a existência de uma totalidade aberta e em movimento, na qual as partes não são meras composições do todo, mas sim totalidades parciais, igualmente abertas, que se relacionam entre si (Lefebvre, 1955). A reestruturação metropolitana de Belém guarda esse movimento dialético, senão vejamos.

As áreas de baixadas, nas décadas de sessenta, setenta e início da década de oitenta, foram importantes focos políticos e de tensões em relação à apropriação da terra urbana. Isso acontecia porque a fronteira urbano-imobiliária era interna, e não externa aos limites da malha urbana. Nesse momento, as baixadas eram espaços de uso não tão intensivo, ainda que devidamente apropriadas; razão pela qual foram ocupadas essas áreas por camadas sociais de baixa renda, tornando-se, em decorrência disso, verdadeiros focos de tensões e de conflitos. A intensidade desse processo foi responsável também por definir um primeiro momento da metropolização de Belém, cuja característica principal

**11**

foi o adensamento das áreas centrais, responsável, igualmente, por constituir a forma compacta ou confinada da metrópole belenense.

Não é essa hoje a característica marcante desse mesmo espaço metropolitano. A metrópole hoje toma uma forma dispersa, e o foco político das áreas de baixadas se relativiza. Se antes essas áreas tinham o papel principal de serem espaços de reprodução das camadas sociais de menor poder aquisitivo, hoje, o que se vê é uma gradativa alteração das mesmas no contexto da divisão social do espaço urbano. As baixadas continuam evidentemente, e em grande parte, a desempenhar esse papel, mas este perde importância, em termos relativos, para os novos espaços que vão aparecendo como fronteira urbanoimobiliária

e o foco político e as tensões também parecem se deslocar para esses novos espaços de assentamentos.

As estratégias em torno das apropriações diferenciadas do espaço urbano, pressupõem, portanto, considerar essas alterações intra-urbanas. Na correlação de forças estabelecida entre os agentes, o que está em jogo parece ser o controle dessas localizações socialmente produzidas. Em determinadas circunstâncias algumas ações não se mostram perspicazes quanto a importância dessa estratégia

sócio-espacial, ou mesmo se colocam impotentes face a outras ações estrategicamente mais eficazes e melhor organizadas em redes de articulação política.

Convém salientar que essa forma dispersa da metrópole não é definida simplesmente pela ação de agentes locais. Sua gênese tem um significado mais amplo que tem a ver com o esquema de reprodução social capitalista, que pressupõe a existência da metrópole como condição à realização do padrão urbano-industrial, responsável por fazer do espaço uma força produtiva importante para o processo de reprodução do capital no território brasileiro. As ações locais são responsáveis por ratificar, redefinir ou, quem sabe, recriar e subverter esse espaço concebido.

Conforme pudemos verificar para o caso belenense, mais que criar setores seletivos fora da Área Central - setores esses que definem em muito a geografia de determinadas metrópoles brasileiras -, há um reforço ao padrão de autosegregação

das classes de melhor poder aquisitivo que não prescindem das localizações existentes na Área Central da metrópole, ainda que a afirmação de setores seletivos na fronteira urbano-imobiliário, a exemplo de outras áreas metropolitanas, já se faça presente.

A implicação clara desse arranjo interno da metrópole é, mais do que nunca, direcionar os assentamentos residenciais populares das áreas de baixadas para o subúrbio. Num primeiro momento, foi marcante a realocação de populações das baixadas em direção a esses vetores da expansão urbana; hoje

**12**

esses novos espaços de assentamentos já se colocam mesmo como verdadeiros anteparos às migrações populacionais em direção às áreas de baixadas.

Uma questão que surge hoje é de saber se, a partir do que está colocado para a estrutura do espaço metropolitano, a tendência seria então a metrópole tomar os mesmos rumos de setorização das classes de melhor poder aquisitivo em condomínios fechados horizontais, assimilando uma vida cotidiana de espaços de moradia muito similar a de outras metrópoles brasileiras e de outros países e, com isso, impulsionar um novo arranjo intra-urbano.

Essa tendência não parece tão forte. Após a corrida das empresas na produção de condomínios fechados, começam a surgir os primeiros resultados negativos desse tipo de empreendimento. E isso se dá por fatores diversos, que incluem as condições de urbanização da fronteira urbano-imobiliária em Belém, como também as condições de empobrecimento da população metropolitana, que apresenta uma qualidade de vida dificilmente comparada a daquelas metrópoles que vêm desenvolvendo esse padrão de segregação sócio-espacial contemporâneo.

A produção desses condomínios surgiu como uma alternativa de superação da crise do setor imobiliário expressa em nível nacional e local. Buscou-se então produzir, ao invés da moradia propriamente dita, principalmente as condições de infra-estrutura em espaços segregados, os condomínios exclusivos, onde a mercadoria comercializada são os lotes devidamente equipados e cuja administração condominial fica muitas vezes a cargo da própria firma empreendedora. O difícil, entretanto, tem sido convencer, mesmo diante dos apelos para a “fuga da cidade” e da paradoxal “busca da natureza”, a opção por esse tipo de moradia, quando o ritmo de produção da infra-estrutura nesses vetores de expansão urbana é ainda muito lento e de cunho bastante precário, e quando o fator segregação é apenas aparente. Se, na Área Central, as baixadas chegavam a contornar os setores residenciais mais seletos próximo ao núcleo central, na Área de Expansão esses setores sociais de *status* diferentes chegam mesmo a conviver lado a lado, levando a acreditar que esse tipo de segregação não passa de simples retórica.

Nesse sentido, o que parece ser a tendência mais provável é o reforço do padrão já manifesto que prioriza a Área Central, acompanhando projetos de macro e microdrenagem nas áreas de baixadas que tendem a valorizar

gradativamente os terrenos das áreas de baixadas, a exemplo do que se verificou em relação a outras experiências anteriores.

Acompanhando esse processo, a tendência é a de consolidação da cidade dispersa, sendo esta a dimensão espacial do processo de reprodução do capital com a reafirmação das divisões de mercados e com escalas de atuação

### **13**

diferenciadas, sendo que as empresas de menor força de ação tendem a continuar

na dependência direta dos programas de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação na Área de Expansão, em especial na direção do Município de Ananindeua e do distrito de Icoaraci, sob pena de não confirmarem sua permanência no mercado. Ao passo que, através do programa de lotes urbanizados, ação prioritária da COHAB-PA (Companhia de Habitação do Pará) hoje, e do processo ainda crescente de ocupações urbanas, confirme-se a tendência de maior adensamento urbano dos Municípios de Marituba, Benevides e também do distrito de Icoaraci, como de fato já vem acontecendo.

Como se garante a manutenção dessa forma metropolitana e de seu conteúdo?

As diretrizes do processo de (re)estruturação metropolitana são definidas pelos agentes hegemônicos da produção social do espaço, mas concorrem para essa conformação os demais agentes locais que estabelecem correlações de forças e redes de ação com vistas à apropriação e o controle do espaço. Isto é facilitado pela transformação do espaço social em espaço abstrato, ou seja, do espaço precipuamente valor de uso em espaço mercadoria. Para isso, a cidade é vendida em pedaços, como fragmentos de um imenso mosaico; sendo esta fragmentação uma forma de viabilizar a sua transformação em mercadoria. Numa palavra, o valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso; sendo que para usufruir de determinados atributos do lugar, necessário se faz que o mesmo se realize, antes de tudo, como valor de troca. É nesse sentido que os processos de valorização do espaço pressupõem a mercantilização dos lugares (Seabra, 1987, p.278)

Isso facilita imensamente a configuração de territorialidades diversas, através das quais a mercadoria espaço e o uso político do território são recorrentes. A existência dessas territorialidades definem o espaço como condição e meio de reprodução das relações sociais.

No caso de Belém, constatamos dois tipos de territorialidades: as chamadas territorialidades não formais ou subjetivas e as territorialidades formalmente constituídas. Tais territorialidades não só conformam a cidade dispersa como também a ela se ajustam e a assimilam, confundindo-se com o seu conteúdo. A dialética forma e conteúdo aí se faz presente. Não há, por isso, uma separação mecânica entre essas duas dimensões da metrópole. Esta separação só

existe no sentido de facilitar a sua apreensão; ainda que a visibilidade da primeira seja muito mais flagrante que a da segunda, o que não nos autoriza, entretanto, a tratar aquela como simples aparência. A forma nos dá acesso ao conteúdo, sendo concomitantemente sua exteriorização e sua manifestação fenomênica.

### **14**

Esse tipo de interpretação da forma espacial nos permite considerar as territorialidades como condição e meio de sua existência.

Dentre as territorialidades não formais podemos destacar inicialmente aquelas das empresas imobiliárias, que não podem ser analisadas apenas do ponto de vista da divisão de mercados. O espaço entra como condição necessária a essa divisão; daí falarmos da existência de territorialidades diferentes de acordo com o porte das empresas. O incremento da produção imobiliária na Área de Expansão, definindo uma territorialidade residual para empresas de menor porte é, assim, uma condição à realização do capital imobiliário na Área Central, definindo, em conseqüência, a territorialidade das empresas mais bem estruturadas no mercado imobiliário de Belém. Esta é uma condição para a concentração do capital imobiliário no espaço metropolitano.

As redes de relações políticas configuradas pelos agentes produtores dessa forma metropolitana redefinem também as territorialidades das organizações populares que fazem parte das articulações políticas em jogo. Não se trata evidentemente do mesmo tipo de territorialidade observado para as empresas do mercado imobiliário, ainda que, como aquelas, também sejam não formais ou subjetivas, mas suas espacialidades pressupõem raios de ação e de controle em que está presente o potencial político do espaço como viabilizador de ações que manifestam interesses na correlação de forças entre os agentes, tal como acontece com as principais entidades representativas dos movimentos de bairro. Se a forma metropolitana compacta definia uma ação mais expressiva de uma dada Organização nas áreas de baixadas, a forma dispersa não só provoca o surgimento de novas Organizações com definições políticas diferenciadas como também define outras territorialidades principalmente na Área de Expansão. Por fim, cabe mencionar o uso político do território e sua sintonia com o padrão metropolitano disperso em relação às territorialidades formais. Estas são expressivas principalmente no que diz respeito à institucionalização da instância municipal. A gênese de movimentos de emancipação existentes no espaço metropolitano está diretamente relacionada à idéia de abandono e de exclusão da população suburbana que tem incrementado os novos espaços de assentamentos residenciais na Área de Expansão. A identidade criada por essa condição de abandono e exclusão, que dá origem aos movimentos, é também capturada por interesses políticos locais que propagam, a partir da institucionalização da instância municipal ou de sua redefinição, possíveis ganhos, que seriam, no discurso político, ganhos coletivos. É um tipo de prática que conduz ações ratificadoras da existência da metrópole dispersa, no momento em que dependem da existência e das condições infra-estruturais dos assentamentos residenciais que conformam a desconcentração.

## **15**

Nesse processo, desloca-se a questão principal, qual seja a da gestão democrática do espaço urbano, para um nível de discussão em que está em jogo a definição de territorialidades formais que possam garantir, em primeiro plano, a realização de interesses particulares. Prioriza-se, assim, o simples uso político do território e a conseqüente alienação do indivíduo com relação ao lugar e a sua inserção no processo de metropolização, em detrimento da consciência territorial; esta entendida como consciência em relação ao lugar e à sociabilidade

do indivíduo, de modo a permitir uma percepção mais nítida possível a respeito das vivências individuais e coletivas (Mesquita, 1995, p. 89) no contexto metropolitano.

Com isso, as territorialidades deixam de ser simples aderências à forma metropolitana dispersa, para se tornarem principalmente condições essenciais a sua existência, sejam elas formalmente constituídas ou não.

### **5. Considerações Finais**

As alterações verificadas no interior do espaço metropolitano acompanham o movimento da metrópole que internamente redefine espacialidades e territorialidades. Tais alterações pressupõem uma série de expropriações e perdas para o homem amazônico que habita a metrópole. Primeiramente, trata-se de uma expropriação em relação aos meios e recursos de sua subsistência no interior da Amazônia ou mesmo do Nordeste de onde procede uma parte considerável da população urbana amazônica.

Tem-se, também, a expropriação do lugar em que vive esse homem no interior da metrópole, já que as baixadas constituíram-se em locais de reprodução social dessa população que incrementou o espaço metropolitano belenense nas últimas décadas. Quando ainda morador destas, sente uma de suas principais perdas que é exatamente a do rio que muitas vezes “comandou sua vida”, já que nas margens dos igarapés que cortam a cidade ele não pode usufruir desse recurso hídrico, seja para a sua alimentação, seja como via de circulação, ou mesmo como espaço de lazer.

Das baixadas ao subúrbio, os “banidos da cidade”, como muito bem os definiu Rodrigues (1988) sofrem outras subtrações: das identidades criadas como moradores das baixadas, das representações que fazem de seu espaço e de sua cultura, de sua organização política e também de sua sociabilidade conquistada nas práticas cotidianas de seu espaço vivido.

O deslocar no interior da metrópole em espaços diferentes, mas com ambiências similares, expressa na maioria das vezes, a busca de cidadania, que,

**16**

por sua vez, tem uma antítese: a exclusão e a expropriação. No subúrbio, acrescenta-se mais uma perda, que nos parece mais contundente justamente por reunir um conjunto delas: a perda da própria cidade. Esta, estrategicamente vendida em pedaços, num ato deliberado de sujeição à propriedade privada da terra; ato este que tem como pressuposto a desterritorialização e a reterritorialização do morador. Num outro plano representa mesmo a negação do “direito à cidade”, à maneira como o definiu Lefebvre (1991).

Se as baixadas se constituem, em grande parte, como espaços “sem cidadãos”, as novas ocupações “espontâneas”, por exemplo, surgidas em vetores recentes da expansão metropolitana, são espaços verdadeiramente vazios de cidadania, uma vez que, além das questões infra-estruturais, que se assemelham bastante às baixadas centralmente localizadas, possuem o agravante

da distância em relação ao centro metropolitano e aos serviços e equipamentos que este oferece, principalmente por ser alvo principal de alocação dos recursos e dos investimentos públicos (Trindade Jr, 1994).

Isso acontece porque cada indivíduo tem sua cidadania também

relacionada ao lugar onde está situado. A sua importância como produtor, consumidor, cidadão depende, também, de sua localização no contexto espacial: “a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam” (Santos, 1987, p.81).

A essa perda, que é a da própria cidade, acrescenta-se uma outra, representada também pela negação da possibilidade de construir na sua consciência a cidade, objeto de sua experiência cotidiana, como totalidade. Isso acontece porque não são poucas as manifestações que estimulam a alienação do indivíduo como sujeito político face ao processo de reestruturação metropolitana. Essas manifestações têm no uso político do território um importante recurso de convencimento eleitoral e de “desconstrução da cidade”, no sentido de que o trabalho social aparece como desrealização do trabalhador, sua objetivação como perda e servidão do objeto e sua apropriação como alienação (Marx, 1993, p.159). A cidade que se fragmenta através das práticas espaciais e das representações que são feitas em relação a ela, não mais existe, senão como resíduo que o morador-usador-cidadão busca recuperar, quando rejeita os rótulos de simples habitante-usuário-consumidor.

É essa forma urbana que se impõe, trazendo consigo um modo de vida e uma nova urbanidade, que pressupõe a existência da cidade dispersa, repleta de contradições e que comporta práticas e representações necessárias à sua

**17**

existência. Há como que uma tendência à supremacia do mundo das formas como representações traduzindo-se na abertura de novos horizontes, que cria possibilidades para a existência de espaços abstratos, espaços mercadorias (Campos Jr, 1993, p. 200). A metropolização de Belém assume esse caráter. A emergência de um padrão de assentamentos disperso e relativamente extenso revela duas faces de um mesmo processo, que envolve a produção imobiliária: uma ocupação urbana rarefeita e areolar de espaços novos e a ocupação urbana adensada, resultado da constituição tanto de espaço novos em áreas já urbanas, como também da recriação adicional de espaços, expressos na verticalização (Pereira, 1987, p. 01). A necessidade de instaurar a verticalidade das habitações permitindo, assim, a reprodução do capital imobiliário, cria também a necessidade de expandir a fronteira urbano-imobiliária.

Para isso, os agentes imobiliários privados fazem da verticalidade não só um elemento definidor de um estilo de morar e de viver na cidade. Nesse propósito, as formas arquitetônicas arrojadas e a suntuosidade dos edifícios se encarregam de simular ambientes deslocados da Belém empobrecida - que apresenta, em termos relativos, não só o maior número de ocupações urbanas, como também de mutuários inadimplentes em relação ao financiamento habitacional - sinônimo de urbanização concentrada verificada na região amazônica nas últimas décadas, como também conseguem criar nela uma identidade da própria metrópole, que cresce e se moderniza. São signos que se instalam e que se mostram estreitamente ajustados e vinculados à forma espacial metropolitana. É a importância das imagens como mercadorias, conforme

sustenta Harvey, imagens estas que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido (Harvey, 1992, p. 259).

Sob o argumento da segurança, por exemplo, cria-se a necessidade suprema de se habitar apartamentos, registro de um modo de vida de camadas médias da sociedade e que passa a ser extensivo às classes populares.

Programadas por esse novo estilo de vida, e resguardadas pela “segurança” de morar em condomínios, estas últimas não se objetam a viver em apartamentos exíguos, com prestações exorbitantes para o seu nível de vida, situados em bairros dormitórios, que reforçam sobremaneira o padrão disperso dos novos assentamentos residenciais.

Essa nova disposição da estrutura urbana só contribui para a redefinição das territorialidades do morar e de seus agentes promotores, uma vez que as baixadas, antes espaços da pobreza, vêm, gradativamente, sofrendo uma metamorfose de sua paisagem, onde os projetos de saneamento arrasam a paisagem anterior para satisfazer interesses de valorização do capital imobiliário.

## **18**

Num outro plano, a metropolização significa também expropriação e perdas em relação ao próprio urbano, concebido na sua multiplicidade de temporalidades. É a hegemonia de uma temporalidade que implica em subtrações diversas, ao mesmo tempo em que são recriadas as perdas através de simulações.

Isso acontece quando a forma metropolitana faz a vida urbana “virar as costas para o rio”, “engolir os cursos naturais” abundantes no interior da cidade, “aniquilar o verde” e outras amenidades, para depois recriá-las. Belém, na imensidão de sua malha metropolitana, vem perdendo em termos relativos seu verde para o concreto e para a valorização do metro quadrado de cada fração de seu espaço, por onde se proliferam os simulacros da “cidade ribeirinha” e da “cidade das mangueiras”, num jogo de forma-conteúdo, significado-significante. A representação da metrópole comporta idéias paradoxais como a de abertura de “janelas para os rios”, a de “recuperação do verde” em condomínios fechados ou mesmo de fazer da orla de uma vala - que antes era um igarapé, onde os barcos ancoravam trazendo produtos do interior da região - um dos lugares privilegiados e um dos principais pontos de encontro e entretenimento no contexto da metrópole.

Nesse conjunto de práticas e representações, está o sentido que buscamos dar a reestruturação. Não se trata simplesmente de uma transformação da forma, mas do urbano em suas múltiplas dimensões e na pluralidade de relações que o indivíduo estabelece na e com a cidade. Ainda que tenhamos privilegiado em nossa discussão algumas dessas dimensões e relações, outras, entretanto, precisam ser devidamente interpretadas, seja no plano das coações, seja no plano dos resíduos que a vida metropolitana proporciona. Isso porque, conforme nos fala Certau, “escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível” (Certau, 1994, p.172).

Na urbanização contemporânea, essas práticas, mais do que nunca, devem ser visualizadas e analisadas, nos possibilitando, com isso, outras leituras

geográficas da cidade, pois o urbano além de simultaneidade é também encontro. E nos dias atuais essa premissa ganha muito mais importância.

### **19 Referências Bibliográficas**

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Alternativas da promoção imobiliária em grandes centros urbanos: o exemplo do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 169-99 (Col. Debates Urbanos, 3).
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).
- CAMPOS JR., Carlos Teixeira de. *O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória (ES)*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CORRÊA, Roberto L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios)
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LAVINAS, Lena; RIBEIRO, Luiz César. Terra e capital na urbanização do campo e da cidade. In: PIQUET, Rosélia.; RIBEIRO, Ana Clara. *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p. 69-84.
- LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. XVIII, p.55-77, jan./juin 1955.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: *6o Encuentro de Geógrafos de América Latina: territorios en redefinicion*. Actas... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Instituto de Geografía, 1997. (CD- ROM).
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. (Col. Novas Direções).
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993. (Col. Textos Filosóficos, 22).
- MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos R. (Orgs.). *Territórios do cotidiano: uma*

### **20**

introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p.76-92.

- MOREIRA, Eidorfe. Belém e sua expressão geográfica. In: PARÁ. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989. v.1.
- MOURA, Rosa et alii. Territorialidades em movimento. In: ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa (Orgs.) *Metrópole, Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994. p.113-20.
- PEREIRA, Paulo César X. A produção imobiliária e a lógica rentista na construção da cidade. Separata do: *2o Encontro Nacional da ANPUR*. Nova



Friburgo: ANPUR, 1987.

- RIBEIRO, Luiz César. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- RODRIGUES, Eliene J. *Banidos da cidade, unidos na condição: o conjunto Cidade Nova como um espelho da segregação social em Belém*. Belém, 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Col. Espaços).

- \_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987 (Col. Espaços).

- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988. (Col. Geografia: Teoria e Realidade, 16).

- \_\_\_\_\_. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1994. (Col. Estudos Urbanos, 6).

- SEABRA, Odette C. de L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- SOUZA, Maria Adélia. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

- TRINDADE JR., Saint-Clair C. Cidadania e (re)produção do espaço urbano de Belém. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda M. da (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p.271-77.

- \_\_\_\_\_. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: NAEA/UFPa, 1997.